

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO (Do Sr. JOSÉ LINHARES)

Requer a tramitação conjunta dos
Projetos de Lei nºs 4.180, de 2004, e 3.638,
de 2000.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno, providências para a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4.180, de 2004, de autoria do Deputado Carlos Nader, que “dispõe sobre a reserva de vagas em apartamentos térreos para os deficientes físicos, nos conjuntos habitacionais populares e dá outras providências”, e do Projeto de Lei nº 3.638, de 2000, de autoria do Deputado Paulo Paim, que “institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e dá outras providências”.

O pedido tem por base o fato de estar em curso nesta Casa a Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 3.638, de 2000, que “institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e dá outras providências”, e aos Projetos de Lei apensados.

Entendo ser esta Comissão o foro adequado para a análise e discussão do presente Projeto, que tem por objeto ampliar a acessibilidade dos portadores de deficiência a edificações, por meio da reserva de apartamentos térreos em conjuntos habitacionais populares.

Ressalto que a matéria foi aventada na Lei da Acessibilidade, mas de maneira genérica, vez que prescreve: “caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a



1632E35E58

reserva de um percentual mínimo do total de habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Justo, portanto, que a proposta do presente Projeto de Lei seja levada à apreciação da Comissão Especial, de modo que a alteração porventura necessária possa ser inserida nas disposições finais do substitutivo a ser apresentado ao PL nº 3.638, de 2000, e a seus apensados.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado JOSÉ LINHARES

2005_4835_José Linhares_116



1632E35E58